

EDITORIAL

DESIGUALDADE SOCIAL: SUAS MÚLTIPLAS EXPRESSÕES E FORMAS DE ENFRENTAMENTO

"A pobreza não é um acidente. Assim como a escravidão e o apartheid, ela é criada pelo homem e pode ser eliminada pelas ações humanas".

Nelson Mandela

Mais uma vez temos a honra de apresentar uma nova edição do Caderno Humanidades em Perspectivas, que se forma a partir do trabalho de muitos pesquisadores que compartilham os resultados de seus estudos e trabalhos. Esta edição traz temáticas e abordagens diversas, mas uma reflexão ganha destaque e perpassa os diferentes textos: a desigualdade.

A desigualdade não é um fenômeno novo nem raro em nossa sociedade, mas ainda ganha destaque como palco de discussão, estudos e pesquisas, devido a sua complexidade e importância nestes novos tempos. Sob o risco de ser naturalizada, exige um esforço de compreensão pautado em senso crítico e pesquisas consistentes. Suas consequências alteram o cotidiano de milhares de pessoas, nas mais diversas situações. A desigualdade é múltipla e estabelece seus traços nos abismos de renda encontrados no Brasil (e no mundo); na distinção de acessos e oportunidades determinadas pelo tom de pele, origem geográfica ou pelas vivências religiosas, culturais e afetivas; no desrespeito e dominação decorrentes do gênero, faixa etária ou condição de saúde. E essas expressões se estabelecem de forma interseccional, agravando realidades sociais já bastante endurecidas e ampliando o conjunto das violações de direitos cotidianas. Discutir desigualdade, assim, é imperativo nos espaços científicos e na sociedade, de forma ampliada, para que se possa reconhecê-la e enfrentá-la.

Evidentemente, não se trata de um debate inédito. Felizmente o tema já transpassa o campo das pesquisas e das políticas públicas, há bastante tempo. E, assim, é possível sinalizar avanços, mesmo diante de desafios e retrocessos. A legislação internacional e, mais especificamente, brasileira, no campo dos direitos humanos e das **políticas** públicas sociais demarca conquistas civilizatórias, ainda que jamais encerradas. Assim, iniciamos esta edição com debates relacionados às políticas públicas de enfrentamento à desigualdade social no Brasil. A partir de um estudo sobre políticas de transferência de renda, foi desenvolvido o artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA A REDUÇÃO DA MISÉRIA NO BRASIL E SEUS DESAFIOS**. O texto articula a análise dos resultados do Programa Bolsa Família na redução da miséria e promoção da justiça social, com a importância do profissional assistente social nesse campo de intervenção. Os resultados indicaram que o programa foi determinante na redução das taxas de pobreza extrema e que

não apenas aliviou a pobreza imediata, mas também contribuiu para a melhoria dos indicadores de saúde, educação e segurança alimentar. O texto seguinte também é construído a partir de experiências na política pública de assistência social, desdobrando análises acerca das demandas relacionadas à população migrante na cidade. O artigo **CRESCIMENTO INVISÍVEL? O AUMENTO DA POPULAÇÃO MIGRANTE EM CURITIBA** analisa o perfil sociodemográfico da população migrante atendida pela Política de assistência social no município de Curitiba entre os anos de 2021 e 2024. Sua análise compreende a discussão dos desafios da inclusão plena dos migrantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com base em princípios de justiça social e governança migratória local, como também os desafios às políticas intersetoriais sensíveis à diversidade cultural.

Os desafios que se interpõem às políticas e práticas de enfrentamento à desigualdade compreendem um conflito de narrativas, entre projetos de sociedade distintos. Ainda há de se enfrentar as formas de validar a reprodução da desigualdade e da diferença, como naturais e até desejáveis. Nessa perspectiva o texto **O EPISTEMICÍDIO COMO JUSTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL** aborda aspectos que levaram as chamadas *epistemologias do norte* a legitimar um discurso de superioridade branca europeia sobre as *epistemologias do sul*, povos escravizados e colonizados, seja pela hierarquização racial, feita através da diferença de superioridade étnica e racial, seja pela dicotomia maniqueísta criada entre civilização e barbárie, culto e inculto etc. A pesquisa, de caráter bibliográfico, demonstrou que sem uma profunda reflexão social dos processos históricos que consolidaram as estruturas de exploração e sem uma ação radical com participação das vozes silenciadas, que trabalhe a raiz e base para mudar estas estruturas, a tendência é perpetuar e aumentar as desigualdades no Brasil.

Os artigos seguintes abordam a desigualdade de gênero. Esta que se reproduz a partir de uma formação sócio-histórica de domínio do masculino, justificada nos arranjos políticos, religiosos e econômicos. O texto **A PERSISTÊNCIA HISTÓRICA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA PATRIARCAL, FAMÍLIA E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO** discute o sistema patriarcal e suas relações com a instituição familiar, relacionando-os à perpetuação da submissão feminina ao longo dos anos. Evidenciou, a partir de pesquisa bibliográfica que os papéis de gênero socialmente determinados e intrínsecos ao patriarcado são cruciais para que haja a perpetuação do machismo estrutural na sociedade contemporânea. Enquanto o texto **SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL HUMANO: ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DAS DINÂMICAS DE VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NO CONTEXTO DOS TRANSPORTES** analisou as vulnerabilidades de gênero na mobilidade urbana, demonstrando que as dinâmicas de violências de gênero nos transportes possuem relação direta com o papel dos grupos

vulnerabilizados na sociedade, tornado imprescindível a observação do fenômeno a partir de uma lente interseccional. O estudo possibilitou concluir que a experiência dos usuários e a ausência de políticas que considerem as singularidades e os interesses dos sujeitos contribuem para a insegurança de grupos vulnerabilizados pelo gênero no transporte coletivo urbano.

As produções que seguem a composição dessa edição do Caderno Humanidades em Perspectivas trazem uma interface com a temática da desigualdade e se interrelacionam pelo seu debate acerca do direito à saúde, suas políticas de promoção e proteção, os desafios que a colocam em risco e mesmo aspectos relacionados à formação de profissionais na área. Assim, o texto **CORRELAÇÃO ENTRE VULNERABILIDADE SOCIAL E ÓBITOS POR NEOPLASIA MALIGNA DO COLO DO ÚTERO: REGIÃO NORTE BRASILEIRA** debate acerca da desigualdade social relacionada aos casos de óbito por câncer de colo do útero. O estudo analisou a correlação entre o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e as taxas de mortalidade por câncer de colo do útero, visando compreender como diferentes níveis de vulnerabilidade social influenciam esses desfechos. A partir de um estudo ecológico do tipo analítico, foi observada correlação moderada entre o IVS e a mortalidade, reforçando que há influência da vulnerabilidade social e ponderando que também outros fatores contribuem para o desfecho em óbito. O trabalho evidenciou a necessidade de políticas públicas que priorizem regiões vulneráveis e ampliem o acesso a cuidados preventivos e de diagnóstico precoce. O texto **GENTRIFICAÇÃO E POLÍTICAS DE AUSTERIDADE: IMPACTOS NA SAÚDE E NO ACESSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA** também relaciona vulnerabilidade social e saúde. O artigo investigou a relação entre neoliberalismo, austeridade e gentrificação com o aumento da população em situação de rua e suas condições de saúde e acesso a serviços. Utilizando uma abordagem qualitativa, seus resultados indicaram que políticas neoliberais e de gentrificação intensificam a exclusão social e dificultam o acesso a serviços de saúde e suporte, agravando a vida desta população.

Diante do cenário de relações entre desigualdade e condições de saúde, é imperativo o investimento em políticas públicas que permitam avançar na promoção da saúde e enfrentem as causas que lhe oferecem risco, tanto no âmbito individual como coletivo. Assim, o texto **DELIMITAÇÕES ESTRATÉGICAS DA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA: EIXO IDO PLANO DANT** defende que a promoção da saúde é indissociável da complexidade dos cenários sanitários e dos determinantes sociais e desenvolve um estudo acerca da crescente demanda por cuidados relacionados às Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT). O estudo compreendeu uma análise documental do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil para o período

de 2021 a 2030 e identificou categorias amplas, que abrangem questões relacionadas à comunicação do conhecimento com rigor técnico-científico, bem como ao fortalecimento das conjunturas assistenciais, educacionais e informacionais, por meio do desenvolvimento tecnológico e político dos recursos e da infraestrutura no campo da saúde.

A promoção de saúde e o enfrentamento às desigualdades requer profissionais especializados na área, o que leva aos debates acerca do acesso à formação de nível superior no Brasil, que historicamente priorizou as elites e as ofertas centralizadas, mas avança com propostas que permitem interiorização das ofertas. Nesse campo, o texto **DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO NA METODOLOGIA DE ENSINO A DISTÂNCIA NA ÁREA DA SAÚDE** discute o acesso aos cursos de graduação na área da saúde, por meio de metodologias híbridas que congregam aulas presenciais e em Educação a Distância (EaD). O artigo foi elaborado a partir da análise de dados acadêmicos de inscritos na modalidade de ensino híbrido na área da saúde, enfocando seu perfil socioeconômico, que demonstraram que a faixa etária dos participantes é diversificada, incluindo uma presença significativa de estudantes idosos, indicando sua adaptação favorável ao ambiente virtual. A flexibilidade de horários e o custo acessível foram identificados como fatores cruciais na escolha da EaD. Em conclusão, o ensino híbrido se revela como uma alternativa promissora, democratizando o ensino e atendendo às demandas sociais.

Os debates contemporâneos na área da saúde compreendem esferas como a saúde do trabalho, a saúde mental e suas interconexões. Nesse âmbito, a produção **HOME-OFFICE: A URGÊNCIA DE UM NOVO OLHAR SOBRE O TRABALHO** traz à tona um debate bastante atual, investigando o impacto do trabalho remoto, também conhecido como home-office ou teletrabalho, quanto ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional, saúde mental, desafios enfrentados, produtividade, especialmente no contexto pós-pandemia de COVID-19. A partir de uma pesquisa de abordagem quantitativa e questionário aplicado a 62 profissionais, o estudo compreendeu percepções distintas sobre essa experiência de trabalho. Os resultados indicaram na percepção dos participantes, melhorias no equilíbrio entre vida pessoal e profissional e também aumento na produtividade, enquanto uma parte significativa enfrentou desafios como dificuldade em desligar do trabalho e controlar seu tempo, além de uma minoria relatar impactos negativos na saúde mental. A análise dos dados à luz do referencial teórico revelou uma complexa interação entre benefícios e desafios do trabalho remoto, destacando a necessidade de políticas e práticas organizacionais que garantam o bem-estar e o equilíbrio dos trabalhadores.

A concepção de saúde também deve entrar em pauta, quando se discute o direito à saúde e as desigualdades expressas no cotidiano. Ainda que prevaleçam percepções de saúde a partir de um

campo de formação especializado, há de se reconhecer as práticas de cuidado em saúde que envolvem saberes populares. Assim, o artigo **ETNOBOTÂNICA DE PLANTAS MEDICINAIS NA MATA ATLÂNTICA: UMA REVISÃO** estudou como diferentes culturas utilizam e percebem plantas, destacando sua importância cultural e medicinal. Na Mata Atlântica, esse conhecimento é essencial para a saúde comunitária e conservação da biodiversidade, mas enfrenta ameaças da modernização e urbanização. Este estudo revisou o uso etnobotânico de plantas medicinais na Mata Atlântica, enfatizando a importância do conhecimento tradicional para a saúde comunitária e a preservação ambiental. Os resultados dessa produção evidenciam que o conhecimento tradicional, transmitido oralmente, é crucial para a identificação de substâncias bioativas e a manutenção de práticas culturais e que iniciativas de manejo sustentável e pesquisa participativa são essenciais para a preservação desse saber e da biodiversidade.

Para encerrar a seção de artigos, se tem uma produção que explora o tema de maneira mais lúdica, a partir da análise crítica de um filme. O texto **RACISMO AMBIENTAL E ATIVISMO CINEMATOGRÁFICO NA ANIMAÇÃO ELEMENTOS (2023)** analisou as diferentes formas de racismo ambiental implícitas na animação *Elementos* (2023). No filme, o povo do fogo enfrenta segregação e marginalização, sendo forçado a habitar a periferia da cidade. Enquanto isso, outros elementais desfrutam de ambientes estruturalmente planejados e adequados. O estudo conclui que, mais do que entretenimento, *Elementos* serve como um convite à reflexão sobre o racismo ambiental, promovendo uma cultura jurídica por meio de um ativismo cinematográfico que enfatiza a desigualdade de riscos ambientais em espaços urbanos com base na discriminação étnica e racial.

A edição comprehende ainda a publicação de três resenhas, participantes do Concurso de Resenhas Prof. Dorival da Costa – 5a. Edição. Esse concurso bianual se volta à promoção da leitura e teve essa edição comemorativa em alusão aos 10 anos do curso de Bacharelado em Serviço Social. A resenha classificada em primeiro lugar no concurso foi desenvolvida a partir do livro **Ética Profissional no Serviço Social** de Latif Cassab. A resenha classificada em segundo lugar comprehendeu a obra **Serviço Social, direito e cidadania**, de Amélia Vieira Branco, Gustavo Fernandes Emílio e Nilza Pinheiro dos Santos. A seguinte produção ficou classificada em sexto lugar e foi elaborada a partir do livro **Trabalho e sociabilidade**, de Carla Andréia Marcelino e Márcio Bernardes de Carvalho. Conclui-se, assim, mais uma edição do Caderno Humanidades em Perspectivas.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Neiva Silvana Hack
Cleci Elisa Albiero
Mariana Patrício Richter Santos